



A ÉTICA DAS VIRTUDES COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO MORAL NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

The Virtue Ethics as a tool for moral education in the training courses of the Military Police of Parana

Rildo Fausto Kops Neto¹

RESUMO

A formação filosófica na Polícia Militar do Paraná é crucial para desenvolver profissionais aptos a enfrentar desafios éticos. No entanto, a abordagem atual é predominantemente teórica, focada na história da filosofia e em conceitos tradicionais, o que limita a aplicação prática no cotidiano policial. Propõe-se uma reformulação pedagógica que integre a ética das virtudes, conforme Aristóteles e outros pensadores, enfatizando o desenvolvimento do caráter e a prática de virtudes morais. Este novo modelo sugere a introdução de dilemas morais reais, estudos de casos e atividades práticas, além de promover a interação comunitária, fortalecendo o vínculo entre a polícia e a sociedade. Integrar a ética das virtudes pode transformar a formação policial, promovendo não apenas competência técnica, mas também integridade moral e capacidade de contribuir para uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Palavras-chave: Formação filosófica. Ética das virtudes. Dilemas morais. Polícia Militar.

ABSTRACT

The philosophical training in the Military Police of Parana is crucial for developing professionals capable of facing ethical challenges. However, the current approach is predominantly theoretical, focused on the history of philosophy and traditional concepts, which limits practical application in everyday policing. A pedagogical reform is proposed that integrates the Virtue Ethics, as proposed by Aristotle and other thinkers, emphasizing character development and the practice of moral virtues. This new model suggests the introduction of real moral dilemmas, cases studies, and practical activities, as well as promoting community interaction, strengthening the bond between the police and society. Integrating the Virtue Ethics can transform police training, promoting not only technical competence but also moral integrity and the ability to contribute to a more just and harmonious society.

Key-words: Philosophical training. Virtue Ethics. Moral dilemmas. Military Police.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata da formação filosófica na Polícia Militar do Paraná, com foco na ética das virtudes como um meio de aprimorar a capacidade dos policiais de enfrentarem desafios éticos. O objetivo geral é propor uma reformulação pedagógica que integre a ética

¹ Pós-Graduado em Teoria da Justiça e Decisão Moral de Policiais pela Escola Superior da Polícia Civil do Paraná, graduado em Relações Internacionais. Capitão da Polícia Militar do Paraná. E-mail: tenentekops@gmail.com.

- Artigo elaborado sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Ferreira Vianna, Delegado da Polícia Civil do Paraná.



das virtudes no currículo de formação, enquanto os objetivos específicos incluem: analisar criticamente a abordagem atual, identificar suas limitações e propor um novo modelo. O problema de pesquisa reside na atual predominância de uma abordagem teórica centrada na história da filosofia, que frequentemente carece de aplicação prática direta no cotidiano policial.

A justificativa para esta pesquisa é a necessidade de preparar melhor os policiais para lidar com dilemas morais reais, proporcionando-lhes uma formação que vá além do conhecimento teórico e inclua o aprendizado sobre a importância do hábito de virtudes como temperança, fortaleza, justiça e prudência. A relevância deste estudo está na potencial transformação da formação policial, promovendo não apenas a competência técnica, mas também a formação de profissionais eticamente preparados e capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e harmoniosa.

O artigo será desenvolvido em etapas. Inicialmente, uma análise crítica da abordagem atual será apresentada, destacando suas limitações. Em seguida, será explicado do que se trata quando se fala em ética das virtudes e suas características fundamentais. Após isso, será proposta a integração da ética das virtudes no currículo de formação policial militar, com a introdução de dilemas morais reais, estudos de casos e atividades práticas que permitam aos policiais desenvolverem e aplicar virtudes em contextos concretos.

2. A FILOSOFIA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DA PMPR NOS DIAS PRESENTES

Atualmente, a filosofia nos cursos de formação da Polícia Militar do Paraná é predominantemente teórica, centrada na história da filosofia e na compreensão dos conceitos filosóficos mais tradicionais. Para a compreensão da expressão do ensino de filosofia nos cursos formativos da PMPR, é necessário levar em consideração que a carga-horária total do Curso de Formação de Praças (CFP) é de 1605 horas-aula, enquanto o total do Curso de Formação de Oficiais (CFO) é de 3800 horas-aula.

A disciplina de Deontologia Policial Militar, existente em ambos os cursos, possui uma carga-horária de 20 horas-aula no CFP, ou seja, essa disciplina equivale a 1,25% do total do curso, de acordo com o Projeto Pedagógico e Matriz Curricular do Curso de Formação de Praças para a turma 2022/2023. Já no CFO, Deontologia possui carga-horária de 40 horas-



aula, o que equivale a 1,05% do total do curso, de acordo com o seu projeto político pedagógico atual.

A análise do plano de disciplina permite concluir que a matéria de deontologia destaca a importância da ética profissional, valores e deveres éticos dos policiais militares. Foca-se em conceitos de justiça, ética, moral e cidadania, além de relacionar esses conceitos com a atividade policial. Há uma ênfase significativa na obediência, subordinação, disciplina e hierarquia, todos vistos como valores fundamentais para o militar.

Para entender melhor essa abordagem, é importante destacar as referências filosóficas e bibliográficas presentes no currículo. As obras de Michael J. Sandel, "Justiça – O que é fazer a coisa certa" (2011) e "O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado" (2012) discutem os princípios de justiça e moralidade, questionando o papel das instituições do Estado e os limites éticos especialmente do mercado. Sua obra enfatiza a importância de “fazer a coisa certa”, noção que se alinha à corrente deontológica.

A deontologia, derivada do grego *deon*, que significa "dever" ou "obrigação", é uma abordagem ética que se concentra na adesão a regras e deveres morais independentemente das consequências. Historicamente, a deontologia teve suas raízes na filosofia moral de Immanuel Kant, que argumentava que a moralidade é baseada em princípios racionais universais. Kant introduziu o conceito de imperativo categórico, uma regra que se aplica a todos em todas as circunstâncias, enfatizando que ações são moralmente corretas se derivarem do cumprimento do dever. Filosoficamente, a deontologia contrapõe-se ao consequencialismo, que avalia a moralidade com base nos resultados das ações. A abordagem deontológica é aplicada em muitos campos profissionais, incluindo a ética policial, em que sublinha a importância de seguir códigos de conduta e regulamentos como fundamentos para ações justas e responsáveis. Na deontologia, a ênfase está na integridade e na consistência das ações, promovendo a ideia de que certos deveres e direitos são invioláveis e devem ser respeitados em todas as circunstâncias.

Da mesma forma, constam do currículo Maria Stela Grossi Porto e Arthur Costa, com a obra "Códigos de Deontologia Policial no Brasil e no Canadá" (2008), autores que atuam no campo da sociologia jurídica e que analisam os códigos de conduta e os princípios éticos aplicados à profissão policial, reforçando a importância de uma conduta ética baseada em diretrizes claras e regulamentadas.



O Curso de Formação de Oficiais, que forma o Bacharel em Ciências Policiais e Segurança Pública, ainda conta com uma disciplina chamada Filosofia e Lógica, com uma carga-horária de 30 horas-aula, o que corresponde a 0,79% do total do curso (3800 horas-aula), de acordo com o projeto político pedagógico atual.

Essa disciplina aborda basicamente a história da filosofia, incluindo períodos da filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea, buscando enfatizar a compreensão das principais correntes filosóficas e pensadores destacados de cada período. Suas referências bibliográficas básicas começam por Antônio Charles Santiago Almeida, em "Filosofia Política" (2015), livro que apresenta uma introdução à filosofia política, abordando conceitos fundamentais e teorias que explicam a relação entre o indivíduo e o Estado. Almeida explora as ideias de poder, governança e a construção da sociedade; também há o livro de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, "Filosofando: Introdução à Filosofia" (2004), em que também oferecem uma introdução às principais correntes filosóficas e pensadores, cobrindo da antiguidade à contemporaneidade. Por fim, é referenciada Marilena de Souza Chauí, em seu livro "Convite à Filosofia" (2001). Nele, discute-se os temas da história da filosofia sob a perspectiva de uma abordagem crítica. Os escritos da autora são marcados especialmente pelas correntes da fenomenologia e do existencialismo.

Ainda nesse plano de disciplina da matéria de Filosofia e Lógica, do CFO, há que se destacar a abordagem à lógica. A proposta desse estudo inicia com os fundamentos da lógica aristotélica, que introduz os princípios do raciocínio dedutivo e as bases da lógica formal. Em seguida, a disciplina avança para cobrir desenvolvimentos posteriores, incluindo a lógica medieval, que integrou e expandiu os conceitos clássicos, e a lógica moderna, que introduziu novas formas de análise lógica, como a lógica simbólica. É válido mencionar que a ciência lógica não será objeto deste estudo, mas se entende que deveria compor uma matéria apartada, pela relevância que possui, bem como por ajustes em relação à carga-horária, pois Filosofia e Lógica possui previsão de 30 horas-aula, o que, como veremos, é insuficiente para filosofia, então o que se dirá para a lógica?



3. A ÉTICA DAS VIRTUDES

3.1 Platão

As virtudes cardeais foram primeiramente discutidas por Platão, o filósofo grego que viveu no século IV a.C. Em suas obras, especialmente em *A República*, Platão (2001) identifica e discute quatro virtudes principais que ele considera fundamentais para uma vida ética: prudência (sabedoria), justiça, fortaleza (coragem) e temperança (moderação). Como veremos adiante, Platão não sistematiza esse ensino, mas ele é fruto direto da leitura e interpretação da sua obra.

3.1.1 Prudência (*sophia*)

Para Platão (2001), a prudência ou sabedoria é a virtude que reside na parte racional da alma. Ela é a capacidade de discernir o bem e de fazer julgamentos corretos. Na *República*, Platão descreve a sabedoria como a liderança da razão sobre as outras partes da alma.

3.1.2 Justiça (*dikaiosyne*)

A justiça é central no pensamento de Platão e é a virtude que harmoniza as outras três. Na *República*, Platão (2001) define justiça como a condição em que cada parte da alma (racional, espirituosa e apetitiva) realiza sua função apropriada e não interfere nas funções das outras partes. Isso também se aplica à cidade, em que cada classe (governantes, guardiões e produtores) busca realizar suas funções de modo harmonioso.

3.1.3 Fortaleza (*andreia*)

A fortaleza ou coragem é a virtude que reside na parte espirituosa da alma. Ela permite que o indivíduo se mantenha firme diante do medo e da adversidade, seguindo as diretrizes da razão. Na *República*, Platão relaciona a coragem principalmente aos guardiões da cidade, que precisam defendê-la com bravura.

3.1.4 Temperança (*sophrosyne*)

A temperança ou moderação é a virtude que assegura o autocontrole e a harmonia entre as diferentes partes da alma. Ela implica a subordinação das partes inferior e espirituosa



à parte racional. Na cidade, a temperança é a concordância entre todas as classes sobre quem deve governar.

3.2 Aristóteles

Aristóteles, um dos mais influentes filósofos da Grécia Antiga, desenvolveu uma teoria abrangente sobre as virtudes, especialmente em sua obra *Ética a Nicômaco* (Aristóteles, 2009). Acredita-se que ele tenha escrito esse livro como um manual de conduta para seu filho, cujo nome era Nicômaco. Sua abordagem ética é baseada na ideia de que a vida boa para os seres humanos é uma vida de atividade racional em conformidade com a virtude. Para Aristóteles, a virtude é essencial para alcançar a *eudaimonia*, que pode ser traduzida como "felicidade" ou "florecimento humano".

3.2.1 Definição de virtude

Aristóteles define virtude (*areté*) como um hábito adquirido que permite a uma pessoa realizar sua função de maneira excelente. Aliás, discute-se contemporaneamente que uma tradução melhor para *areté* seria, na verdade, excelência, e não virtude. De todo modo, nesse mesmo sentido, ensina o professor Rosa (2024): “A virtude, portanto, é um hábito; na medida em que determina uma potência, esta potência será o seu sujeito. Por meio da virtude, a potência é determinada de tal modo que seus movimentos, que no caso das potências sensíveis são chamados de paixões, se deem segundo a reta razão”.

Aristóteles distingue as virtudes intelectuais das virtudes morais. As virtudes intelectuais, como a sabedoria (*sophia*) e o entendimento (*nous*), são desenvolvidas por meio do ensino e exigem tempo e experiência. As virtudes morais, como a coragem (*andreia*) e a temperança (*sophrosyne*), são adquiridas por meio da prática, que gera o hábito.

3.2.2 A Doutrina do meio-termo

Uma das contribuições mais conhecidas de Aristóteles para a teoria das virtudes é a doutrina do meio-termo (*mesótês*). Segundo Aristóteles, cada virtude moral é um meio-termo entre dois extremos viciosos, um de excesso e outro de deficiência. Por exemplo, a coragem é o meio-termo entre a temeridade (excesso) e a covardia (deficiência). A temperança é o meio-



termo entre a indulgência (excesso) e a insensibilidade (deficiência). Este meio-termo é relativo a nós e deve ser determinado pela razão.

Há aqui um questionamento muito comum, cuja resposta infelizmente não foi bem apresentada pelo filósofo, todavia, diante dessa celeuma, alguns estudiosos apresentaram convincente explicação. A discussão reside na ideia de que, de acordo com o meio-termo, o homem não deveria, pois, ser muito corajoso, mas sim dosar sua coragem, pois o excesso dela seria um vício, ou seja, não se deveria ser muito virtuoso, mas comedido. Essa interpretação, embora justificável de acordo com o que foi escrito, não é adequada, pois apresenta contradições em si mesma. É necessário, todavia, que se compreenda a virtude como um caminho reto, e seus excessos como desvios, para a esquerda ou para a direita. Imaginando-se esse cenário é mais fácil compreender a lição aristotélica sobre virtudes, pois, se andar retamente, a intensidade só vem a seu favor, por isso é possível ser muito sábio, corajoso ou justo sem incorrer em vício, todavia, ao descambar para fora da reta, pode-se agir em vício pelo que se entende por excesso ou por carência.

3.2.3 Desenvolvimento das virtudes

Aristóteles argumenta que as virtudes morais são adquiridas através da prática repetida de ações virtuosas. Ele compara o desenvolvimento das virtudes ao aprendizado de uma arte, como a música ou a pintura. Assim como um músico se torna habilidoso praticando seu instrumento, uma pessoa se torna virtuosa praticando ações virtuosas. Através da repetição, as ações virtuosas se tornam habituais (*habitus*), moldando o caráter do indivíduo.

3.2.4 As virtudes intelectuais

As virtudes intelectuais, de acordo com Aristóteles, são desenvolvidas através do ensino e são necessárias para a atividade racional. Elas incluem a sabedoria prática (*phronesis*), a inteligência (*nous*) e a sabedoria teórica (*sophia*). A sabedoria prática é particularmente importante para a vida moral, pois envolve a capacidade de deliberar corretamente sobre o que é bom e conveniente para a vida humana. A sabedoria teórica, por outro lado, está relacionada ao conhecimento das verdades eternas e imutáveis.



3.2.5 A interconexão das virtudes

Aristóteles também destaca a interconexão das virtudes. Ele argumenta que as virtudes morais e intelectuais estão intimamente relacionadas. A sabedoria prática, por exemplo, é necessária para a prática das virtudes morais, pois envolve a capacidade de aplicar princípios morais em situações concretas. Além disso, a prática das virtudes morais contribui para o desenvolvimento das virtudes intelectuais, criando um ciclo virtuoso de crescimento moral e intelectual.

3.2.6 A *eudaimonia* e a vida virtuosa

A *eudaimonia*, para Aristóteles, é a realização plena do potencial humano através da atividade racional e da prática das virtudes ao longo de uma vida inteira. Não se trata apenas de felicidade no sentido moderno de prazer ou satisfação momentânea, mas de um estado duradouro de bem-estar que resulta de viver de acordo com a excelência moral e intelectual. A *eudaimonia* é o bem supremo que dá sentido à vida humana, integrando aspectos éticos, intelectuais e sociais em uma visão holística do florescimento humano.

O filósofo argumenta que a *eudaimonia* é alcançada por meio da atividade racional em conformidade com a virtude. Isso significa viver uma vida de excelência moral e intelectual, em que todas as capacidades humanas são desenvolvidas e realizadas em plenitude. A vida virtuosa é, pois, uma vida de equilíbrio, harmonia e realização pessoal.

3.3 São Tomás de Aquino

Tomás de Aquino, um dos maiores filósofos e teólogos da tradição cristã, aperfeiçoou o entendimento sobre as virtudes de maneira significativa, construindo sobre as fundações estabelecidas principalmente por Aristóteles. Sua síntese entre a filosofia aristotélica e a teologia cristã criou um sistema ético robusto que tem influenciado o pensamento ocidental por séculos.

Tomás de Aquino utilizou a estrutura das virtudes de Aristóteles e a integrou com a doutrina cristã. Ele manteve a distinção aristotélica entre virtudes intelectuais e morais, mas introduziu um novo conjunto de virtudes teologais – fé, esperança e caridade –, centrais para a vida cristã e infundidas pela graça divina.



Tomás de Aquino (2001) definiu as virtudes teologais como aquelas que têm Deus como seu objeto direto. Estas virtudes são infundidas por Deus no coração dos homens e são essenciais para a salvação. Elas transcendem as virtudes naturais de Aristóteles e complementam as virtudes cardeais (prudência, justiça, fortaleza e temperança) ao orientar o homem para seu fim último: a união com Deus. São elas: fé (*fides*), a virtude pela qual acreditamos em Deus e em tudo o que Ele revelou; esperança (*spes*), a virtude pela qual desejamos o Reino dos Céus e a vida eterna, confiando na ajuda divina; e, a caridade (*caritas*), a virtude pela qual amamos Deus acima de todas as coisas e o nosso próximo como a nós mesmos.

Sobre as virtudes cardeais, embora Aquino tenha mantido a compreensão sobre as quatro virtudes cardeais platônico-aristotélica (prudência, justiça, fortaleza e temperança), ele as aprofundou ao conectá-las mais explicitamente com a teologia cristã.

Nesse ponto, é importante lembrar que o autor que primeiramente categorizou explicitamente as quatro virtudes cardeais como prudência, justiça, fortaleza e temperança foi Santo Ambrósio, um dos Padres da Igreja, no século IV. Ele foi o primeiro a usar o termo "virtudes cardeais" e a agrupá-las dessa forma, influenciado por filósofos gregos como Platão e Aristóteles. Somente mais tarde que essa categorização foi adotada e amplamente difundida por São Tomás de Aquino na teologia cristã, ao integrar essas virtudes em sua Suma Teológica, obra em que ele detalhou e expandiu a concepção de cada uma delas.

Para Aquino, essas virtudes naturais são perfeitas pela graça divina e necessárias para viver uma vida moralmente boa. Prudência (*prudentia*) é a capacidade de discernir o bem verdadeiro em cada circunstância e escolher os meios corretos para alcançá-lo. Ele enfatiza que a prudência é a *auriga virtutum* (cocheira das virtudes), pois é guia para todas as outras virtudes; justiça (*iustitia*) é a virtude pela qual damos a cada um o que lhe é devido, respeitando os direitos de Deus e do próximo; fortaleza (*fortitudo*) é a virtude que permite enfrentar dificuldades e perigos com coragem; e, temperança (*temperantia*) é a virtude que modera os desejos e prazeres sensíveis.

Tomás de Aquino introduziu o conceito de que a graça não destrói a natureza, mas a aperfeiçoa. A natureza humana, criada por Deus, é boa, mas é enfraquecida pelo pecado original. As virtudes naturais, portanto, precisam ser elevadas e aperfeiçoadas pela graça divina para que os seres humanos possam atingir seu fim último.



Dessas quatro virtudes cardeais, bem como o fez Aristóteles, também o Doutor da Igreja deu especial destaque à prudência: essa virtude não é apenas uma entre outras, mas sim a virtude que dirige todas as ações humanas em direção ao bem – ela envolve o discernimento correto, a deliberação e a decisão, sendo fundamental para a aplicação das outras virtudes nas situações concretas da vida.

3.4 Alasdair MacIntyre

Alasdair MacIntyre é um filósofo contemporâneo que trouxe importantes inovações ao debate sobre a ética das virtudes, principalmente em sua obra *After Virtue* (2007). MacIntyre critica as teorias éticas modernas e propõe um retorno à ética das virtudes, inspirada na filosofia de Aristóteles, mas adaptada ao contexto contemporâneo.

Ele inicia sua abordagem com uma crítica profunda às teorias éticas modernas, como o utilitarismo e o deontologismo, que ele considera fragmentadas e insuficientes para guiar a vida moral. Ele argumenta que essas teorias perderam a conexão com a prática e a tradição moral, resultando em uma moralidade "emotiva" e subjetiva.

MacIntyre propõe um retorno à ética das virtudes de Aristóteles, mas com uma reinterpretação que leva em conta a história e a prática social. Ele enfatiza que a virtude é essencialmente ligada às práticas sociais e às narrativas de vida que dão sentido à existência humana. Para ele, as virtudes são qualidades que capacitam os indivíduos a alcançarem os bens internos das práticas e a florescer dentro de uma comunidade moral. Aliás, essa ideia de comunitarismo é bastante associada ao autor, ainda que ele, sempre que questionado sobre isso, refute isso que ele entende como um "rótulo".

Uma das principais inovações de MacIntyre é o conceito de "práticas". Ele define uma prática como uma atividade social cooperativa complexa, que possui padrões internos de excelência e bens internos que só podem ser alcançados através da participação nessa prática. Exemplos incluem atividades como a ciência, a arte, o esporte e a política. As virtudes são necessárias para sustentar e promover essas práticas, permitindo que os indivíduos atinjam os bens internos que conferem propósito à vida.

MacIntyre introduz a ideia de que a vida humana deve ser entendida como uma narrativa coerente. As virtudes são essenciais para construir uma vida moralmente boa porque elas permitem que os indivíduos integrem suas ações em uma história de vida significativa.



Ele argumenta que, sem a estrutura narrativa, as ações humanas se tornam fragmentadas e desprovidas de sentido.

Outra inovação significativa de MacIntyre é a ênfase na importância da tradição moral. Ele argumenta que as virtudes não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser vistas no contexto das tradições históricas e culturais específicas. Cada tradição moral oferece um quadro de referência para a prática das virtudes, e a identidade moral de uma pessoa é formada dentro dessa tradição.

MacIntyre também destaca a importância da dependência mútua e da vulnerabilidade humana na ética das virtudes. Ele introduz a ideia da “virtude do reconhecimento da dependência”, que enfatiza a necessidade de reconhecer e aceitar nossa dependência dos outros e a interdependência como uma parte essencial da vida moral. Esta virtude é fundamental para a construção de comunidades justas e solidárias.

O filósofo critica o individualismo moderno, que vê o ser humano como um agente autônomo e isolado. Ele argumenta que essa visão é inadequada para compreender a moralidade, pois ignora a natureza social e relacional da vida humana. Para ele, as virtudes são cultivadas e praticadas dentro das relações comunitárias, e é somente através da comunidade que os indivíduos podem florescer moralmente.

Por fim, Alasdair MacIntyre enfatiza que as virtudes são orientadas para a busca dos bens comuns, ao invés de interesses individuais. O autor defende que uma sociedade justa é aquela em que os indivíduos cooperam para alcançar bens compartilhados – e as virtudes são necessárias para que haja essa cooperação.

4. O PAPEL QUE A ÉTICA DAS VIRTUDES PODE TER NA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

A formação de policiais militares é um processo complexo que visa não apenas ao desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também à capacitação moral e ética a fim de enfrentar os desafios cotidianos da profissão. A ética das virtudes, enraizada nas tradições filosóficas de Aristóteles, de Tomás de Aquino e expandida por pensadores contemporâneos como Alasdair MacIntyre pode ser a maneira necessária para uma abordagem abrangente e holística com foco na formação ética dos policiais.



4.1 Desenvolvimento do caráter

Uma das principais vantagens de integrar a ética das virtudes na formação policial é o desenvolvimento do caráter. A ética das virtudes enfatiza a importância de formar indivíduos moralmente íntegros, capazes de agir corretamente independentemente das circunstâncias. Isso é crucial para policiais, que frequentemente enfrentam situações que demandam decisões rápidas e éticas. Ao focar no desenvolvimento do caráter, os policiais são treinados para internalizar valores como temperança, coragem, justiça e prudência, que vão permitir uma orientação de suas ações de maneira mais consistente e confiável.

4.2 Promoção de decisões éticas

Diferentemente de uma ética do dever, na ética das virtudes os policiais não colocariam a regra como um absoluto acima de quaisquer circunstâncias, mas considerariam em primeiro plano o caso concreto, e a partir dessa realidade eles agiriam, fulgidos pelo *habitus* que os tornaram virtuosos. Sem depender exclusivamente de regras ou resultados, a ética das virtudes considera o contexto e o caráter do agente. Policiais treinados sob a perspectiva da ética das virtudes são mais capazes de avaliar as nuances das situações e tomar decisões que refletirão verdadeiro e profundo compromisso com o bem.

4.3 Resiliência moral

A formação baseada na ética das virtudes também contribui para a resiliência moral dos policiais. A prática regular de virtudes fortalece a capacidade dos policiais de resistir à pressão e à tentação de comprometer seus princípios éticos. Essa resiliência é essencial em uma profissão em que é sabido que são mais frequentes as tentações à corrupção e ao abuso de poder. A internalização das virtudes ajuda a criar uma cultura de integridade, em que os policiais se sentem moralmente obrigados a agir de acordo com os mais altos padrões éticos – não porque são fiscalizados, tampouco porque há uma regra que impõe que isso é o certo, mas sim porque desejam ser pessoas boas e, portanto, entendem a importância do agir corretamente.



4.4 Melhoria da relação com a comunidade

Policiais que incorporam virtudes em suas ações tendem a construir melhores relações com a comunidade a que servem. A justiça e a prudência, por exemplo, são virtudes que promovem a confiança e o respeito mútuo. Quando os policiais são vistos como justos e moderados em suas ações, a comunidade é mais propensa a cooperar e a respeitar a autoridade policial. Isso, por sua vez, melhora a eficácia do policiamento e contribui para a segurança pública como um todo.

4.5 Coerência ética

Outra vantagem significativa da ética das virtudes é a coerência ética que ela promove. A abordagem da ética das virtudes não se limita a situações específicas; ela visa ao desenvolvimento de uma personalidade ética que permeia todas as ações do indivíduo. Para os policiais, isso significa que as virtudes guiarão suas ações tanto em serviço quanto na vida pessoal. Essa coerência ajuda a evitar o comportamento ético situacional e promove uma integridade consistente. É um fator especialmente relevante se levarmos em conta que o militar responde administrativamente pelas suas ações inclusive quando não está de serviço, pois, escalado ou não, ele continua sendo militar, inclusive quando for para a reserva (aposentadoria).

4.6 Educação contínua e reflexiva

A ética das virtudes incentiva uma educação contínua e reflexiva. A formação policial baseada em virtudes não termina com a academia; ela continua ao longo da carreira do policial. A prática de virtudes requer reflexão constante sobre ações passadas (ideia muito próxima ao exame de consciência, prática comum no catolicismo) e futuras, bem como um compromisso com o crescimento moral contínuo. Isso promove uma mentalidade de aprendizado permanente, em que os policiais estão sempre buscando aperfeiçoar sua conduta ética.

4.7 Conformidade com valores institucionais

A incorporação da ética das virtudes no currículo de formação policial também alinha os valores individuais dos policiais com os valores institucionais da polícia militar.



Virtudes como a lealdade, a disciplina e o respeito à hierarquia são compatíveis com os valores tradicionais da instituição. No entanto, a ética das virtudes vai além, promovendo uma compreensão mais profunda do motivo pelo qual esses valores são importantes e como eles podem ser aplicados de maneira justa e moral.

4.8 Promoção da autonomia moral

Embora a polícia militar valorize a obediência e a disciplina, a ética das virtudes também promove a autonomia moral. Policiais treinados em virtudes são incentivados a pensar criticamente e a tomar decisões éticas por conta própria, em vez de simplesmente seguir ordens cegamente. Isso é crucial em situações em que as ordens podem ser ambíguas ou moralmente questionáveis. A autonomia moral permite que os policiais ajam de acordo com seus princípios éticos diante de abusos por colegas ou superiores. O atual regimento é bem claro sobre isso, em que se estabelece que ordens ilegais ou excessivas nos atos ou formas de execução não devem ser cumpridas (Brasil, 1969, Art. 38, b, § 2º), todavia, o problema é como o policial acaba encarando essa situação face a face, pois seu arcabouço de valores forjados na academia o levam a ter dúvidas sobre como agir, a tal ponto de não conseguir discernir se haveria mais valor na obediência ou na recusa ao cumprimento à ordem manifestamente contrária à lei; problema este que seria, como já exposto, muito melhor resolvido se, no bojo da formação, o policial militar fosse inspirado a agir virtuosamente sempre.

4.9 Redução de conflitos internos

A ética das virtudes também ajuda a reduzir conflitos internos dentro da força policial. Quando todos os membros da instituição compartilham um compromisso comum com as virtudes, há uma base moral comum que guia suas interações. Isso promove um ambiente de trabalho mais harmonioso e cooperativo, em que os conflitos são resolvidos de maneira ética.

4.10 Preparação com propostas de discussão de dilemas morais

Finalmente, a formação baseada na ética das virtudes prepara os policiais para lidar com dilemas morais diversos, inclusive os mais complexos. A vida policial é repleta de



situações em que as respostas não são óbvias e em que diferentes valores podem entrar em conflito. A ética das virtudes fornece uma estrutura para avaliar essas situações e tomar decisões que equilibram os diferentes aspectos morais envolvidos. Isso ajuda a evitar decisões impulsivas ou mal-informadas e garante um meio mais ponderado e de modo geral mais ético para a resolução de dilemas reais.

A prática com dilemas morais durante a formação ajuda a fortalecer a integridade e o caráter dos policiais. Aristóteles (2009), em sua *Ética*, destaca a importância da prática na formação do caráter virtuoso. Ao enfrentar e refletir sobre dilemas morais, os policiais desenvolvem um compromisso mais profundo com os valores éticos. Isso não apenas molda seu comportamento profissional, mas também influencia suas ações na vida pessoal, promovendo uma coerência ética que é vital para a integridade do indivíduo.

E daqui podemos aprender também com São Tomás de Aquino, ao nos ensinar que a ação prudente é dividida em três etapas: reflexão (ora chamada também deliberação), juízo e ação. Reflexão e juízo são processos lentos, todavia a ação é um processo rápido (Aquino, 2001). Essa concepção é corolário do pensamento de Aristóteles (2018), que afirmou que “a meditação conserva a memória”. Esse entendimento é primordial para quem pensa a formação dos policiais militares, pois, se não houver a devida reflexão e criação de juízo durante a formação (para o que se exige tempo, pois é como fermento para o pão, que só trabalha com o tempo), a consequência inescapável e desastrosa será uma ação rápida (pois o policial militar não consegue fugir dela), mas com grandes chances de ser tomada de forma errada, pois não foi tomada apoiada por princípios claros – virtuosos. E, vale ressaltar, de nada adianta preparar o policial para agir o mais rapidamente possível sob aspectos técnicos (melhore saque, melhor tiro etc.), se o propósito da ação não estiver fundamentado em decisões plenamente conscientes – devidamente refletidas: o policial sacará sua arma com maestria, acertará o alvo com precisão, mas, na verdade, a decisão correta seria a de não ter atirado. Esse nível de avaliação precede a técnica policial, mas, infelizmente, o foco formativo nas grades das academias policiais militares é quase sempre a técnica, em detrimento da base moral que deveria ser o alicerce dessa técnica.



4.10.1 Desafios na implementação curricular dos dilemas morais

Implementar dilemas morais no currículo de formação policial não está isento de desafios. Como já citado, um dos desafios é dobrar a mentalidade predominante de que o que é relevante na formação policial militar é tão somente capacitar os policiais militares ao adestramento técnico-mecânico de sacar uma arma, atirar, dirigir etc. Outro desafio é desenvolver cenários realistas e relevantes que reflitam as experiências típicas dos policiais. Isso requer uma compreensão profunda das situações que os policiais enfrentam no campo e a capacidade de criar dilemas que representem essas realidades.

Outro desafio significativo é a avaliação do desenvolvimento ético dos policiais. As ferramentas de avaliação devem ser capazes de medir mudanças na sensibilidade moral, julgamento e comportamento, o que pode ser difícil de quantificar. A avaliação do desenvolvimento moral é complexa, mas essencial para garantir que a formação ética esteja produzindo os resultados desejados. Essas duas últimas dificuldades, em especial a última, tem como corolário uma nova dificuldade, que é a de encaixar esse desafio na carga-horária disponibilizada. No caso da PMPR, a matéria de Filosofia e Lógica é tão somente para os alunos do primeiro ano, recém-ingressos na Corporação, e possui apenas 30 horas-aula. Diante de tudo que foi exposto nesse trabalho até aqui, não é preciso se esforçar mais para que se faça compreender que a formação moral dos policiais deveria alcançar todo o período de instrução e contar com uma carga-horária mais generosa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação filosófica da Polícia Militar do Paraná, ao incorporar a ética das virtudes, pode transcender as limitações de uma abordagem puramente teórica e oferecer um caminho robusto para a formação de profissionais moralmente íntegros e tecnicamente competentes. A ética das virtudes, com suas raízes em Aristóteles e São Tomás de Aquino, e com desenvolvimento contemporâneo por pensadores como Alasdair MacIntyre, destaca a importância do caráter e das virtudes morais como fundamentos para a tomada de decisões éticas em situações complexas.

A abordagem atual do currículo de formação de policiais militares da PMPR é focada na história da filosofia, o que implica a carência de uma aplicação prática que prepare os policiais para os dilemas morais reais que enfrentam diariamente. A integração do



ensinamento de ética das virtudes e estudos de caso (por meio de dilemas morais) e é essencial para que os policiais possam desenvolver e aplicar virtudes como temperança, coragem, justiça e prudência de maneira concreta e efetiva no seu dia a dia, de serviço e fora dele.

A implementação de uma formação baseada na ética das virtudes promove a coerência ética, a resiliência moral e a autonomia moral dos policiais, preparando-os para enfrentar as complexidades e desafios de sua profissão com integridade e sabedoria. A reflexão contínua e a educação ética permanente são cruciais para o desenvolvimento de profissionais que não apenas cumpram suas funções com competência técnica, mas também, e sobretudo, com um profundo compromisso moral.

Acredita-se que, com estas mudanças, o ensino de filosofia na Polícia Militar do Paraná poderá desempenhar um papel central na formação de profissionais não apenas preparados para os desafios técnicos de sua função, mas também equipados com a capacidade moral de tomar decisões voltadas para o bem em todas as circunstâncias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2001.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 1.001**, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm. Acesso em: 14 jun. 24.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

_____. **Sobre a Memória e a Reminiscência**. Obras Completas. Tradução de Marcos Thomazin. São Paulo: 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

MACINTYRE, Alasdair. **After Virtue: A Study in Moral Theory**. 3. ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2007.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



PORTO, Maria Stela Grossi; COSTA, Arthur. **Códigos de Deontologia Policial no Brasil e no Canadá**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

ROSA, Antônio Donato Paulo. **A Educação Segundo a Filosofia Perene: Síntese sobre a Educação Humana**. 2024.

SANDEL, Michael J. **Justiça: O que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____, Michael J. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTIAGO, Antônio Charles Santiago de Almeida. **Filosofia Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.